



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA DA FUNÇÃO SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS NAS GESTÕES DO PERÍODO DE 2005 A 2017

Autores: JUNE MARIZE CASTRO SILVA, MÁRCIO ANTONIO ALVES VELOSO, SIMONE VIANA DUARTE, SIMARLY MARIA SOARES, REGINALDO MORAES DE MACEDO

Este artigo aborda as despesas com a função saúde no âmbito da administração pública municipal, durante três gestões do município de Montes Claros/MG. Seu principal objetivo é analisar o comportamento da despesa pública com saúde em diferentes gestões municipais, com base nas subfunções. O pressuposto teórico norteador do estudo considera que conhecer as peculiaridades do sistema de serviços de saúde de um município é pré-requisito para que se possa governá-lo com mais eficiência e que a partir do levantamento do orçamento público numa série histórica é possível analisar a coerência e continuidade das ações, conforme a alocação de recursos, percebendo o modelo de saúde na lógica do planejamento utilizada. Com esse enfoque, foram obtidos os dados de 2005 a 2016 do orçamento, nos registros da Secretaria Municipal de Saúde, atualizados pela inflação a partir da aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A) obtido junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No que se refere ao processo de atualização foram utilizados os números-índices referentes à inflação acumulada entre o ano de 2005 (início da série analisada) e o ano a ser atualizado. O número-índice utilizado foi o de junho de cada ano.

A série histórica foi analisada e interpretada à luz da teoria e comparada com outros indicadores obtidos em outras fontes tais como IBGE e Ministério da Saúde/SAS/DAB. Os resultados principais apontam que o modelo de saúde percebido nas três gestões é hospitalocêntrico, corroborado pela baixa cobertura do Programa saúde da família; independente da gestão e da fonte de recurso há um certo padrão de gastos por sub função. No entanto as variações para mais ou para menos decorrem de eventos tais como, inauguração do SAMU; funcionamento do Alpheu de Quadros e da central de regulação (Gestão 2) e rompimento de pactuação do município passando a responsabilidade da média e alta complexidade para o estado (gestão 3). De um modo geral não se percebe descontinuidade do modelo assistencial. Ainda analisando-se receitas municipais e despesas com saúde, mesmo havendo descontinuidades das primeiras essas não afetam gastos com saúde e cumprimento da ECO 29, o que pode significar que existe uma tendência de manutenção do gasto devido a estrutura de pactuação já consolidada.